

Press release

Conferência de Bruxelas sobre o futuro da Convenção Europeia dos Direitos Humanos: declaração de 41 ONGs ativas na defesa judicial dos direitos dos prisioneiros.

Para o futuro dos mecanismos para a aplicação da Convenção Europeia dos Direitos Humanos, o apelo de 41 ONGs ativas na defesa judicial dos direitos dos prisioneiros ao Conselho de Ministros dos Negócios Estrangeiros dos estados membros do Conselho da Europa para que retifiquem os problemas estruturais que muitos dos sistemas prisionais estão a passar na Europa é um acontecimento relevante. Esta iniciativa, a primeira mobilização internacional no campo da defesa judicial dos direitos dos prisioneiros, tem dois objetivos: a) que o Conselho da Europa defina uma estratégia global para parar o crescente uso do encarceramento; b) a adoção de medidas com o objetivo de reforçar os mecanismos de monitorização capazes de assegurar a execução e implementação das decisões dos Tribunais contra os Estados membros. Quase 1,74 milhões de pessoas estão encarceradas no Conselho da Europa.

Quarenta e uma organizações ativas na defesa judicial dos direitos dos prisioneiros – associações, uniões e corpos profissionais – enviaram dia 9 de Fevereiro de 2015 para os Ministros dos Negócios Estrangeiros dos Estados membros do Conselho da Europa uma declaração comum apelando a uma mudança fundamental para abordar os problemas endémicos de que padecem as prisões europeias. Este apelo dirige-se à conferência de interessados de 26 e 27 de Março, organizada pela Presidência belga do comité de ministros, em Bruxelas. Tem por objetivo acelerar a reforma cujo objetivo é acabar com as resistências à alteração das condições estruturais que permitem as violações da Convenção Europeia dos Direitos Humanos atribuídas aos diferentes sistemas prisionais nacionais.

As organizações signatárias apelam a todos os estados e corpos do Conselho da Europa para adotarem uma estratégia global capaz de melhorar os processos que dizem respeito à execução das decisões do Tribunal de Estrasburgo, de modo a ser possível retificar as falhas estruturais e sistemáticas, reduzindo os tempos de prisão nas sentenças. A este respeito, as organizações signatárias notam com satisfação os esforços conduzidos por políticas coordenadas entre os diferentes corpos do Conselho da Europa para reforçar as possibilidades de remédio efetivo para os prisioneiros quando estes sofrem as consequências do problema estrutural que é a sobrelotação.

Quanto à questão persistente de julgamentos que não são levados a cabo contra muitos dos Estados, as organizações signatárias insistem no facto que isso não deve ser utilizado como uma razão para enfraquecer o Tribunal Europeu ou para limitar o direito individual de a ele recorrer – como algumas ações parecem querer concluir no quadro do processo de reforma em curso. À luz do importante papel desempenhado pela jurisprudência do Tribunal para a defesa dos direitos dos presos, os autores da declaração comum argumentam que o papel e as prerrogativas do Tribunal devem ser preservados. Todos os esforços de reforma devem concentrar-se nos sistemas de monitorização da execução das decisões de julgamento, de modo a dar prioridade ao controlo efetivo das medidas corretivas tomadas pelos Estados. A este respeito, os processos de monitorização devem ser completamente transparentes e o Departamento para a execução dos decisões judiciais deve receber mais recursos de modo a

poder atuar proactivamente na imposição e monitorização das reformas desenvolvidas pelos Estados, em vez de apenas aceitar a informação enviada pelos Estados ou pelas ONGs.

As organizações signatárias consideram urgentes reformas que admitam a abertura de processos em nome do interesse coletivo, autorizando as organizações a trazer perante o Tribunal casos envolvendo as finalidades sociais para que estão constituídas. Tal sistema constituirá uma forma expedita para tratar contenciosos a respeito de abusos graves de modo a que estes sejam rapidamente presentes ao Tribunal, antes de se tornarem centro de forte litigiosidade. O que também permitirá maior efetividade aos casos trazidos a julgamento, por poderem estar melhor fundamentados do que aquilo que recursos individuais poderão produzir.

A conferência de interessados em Bruxelas, a que esta declaração conjunta se dirige, representa um passo importante no “Processo de Interlagos”. Este processo, iniciado durante a conferência de Ministros em Interlagos, em fevereiro de 2010, tem por finalidade envolver mais os Estados na entrada em vigor de mecanismos domésticos mais efetivos na garantia dos direitos humanos, com vista a aliviar o Tribunal da afluência de queixas. O contexto mudou, na medida em que o Tribunal se livrou da anterior situação de congestão. O Presidente do Tribunal, Dean Spielmann, manifestou satisfação na abertura formal do Ano Judicial, em 29 janeiro de 2015, com “a situação estatística bastante satisfatória”. O número de processos pendentes caiu para 69.900 no fim do ano de 2014, representando um decréscimo de 30% no ano. Segundo as últimas estatísticas publicadas pelo projeto SPACE (Conselho da Europa – Universidade de Lausane), 1.737.061 pessoas estavam detidas a 1 de setembro de 2012 à ordem dos estados do Conselho da Europa, e 21 dos 47 sistemas prisionais estavam numa situação de sobrelotação na mesma data.

Contactos para a comunicação social:

Anton Burkov (Prison Litigation Network, Sutyajnik, Moscow): +7 916 125 05 93

Simon Creighton (Prison Litigation Network, Prisoners’ Advice Service, London): +44 20 7729 1115

Hugues de Suremain (Prison Litigation Network, Paris) : +33 6 60 42 50 04

Delphine Paci (International Prison Watch – Belgium): +32 478 43 68 84

List of signatory organisations :

Academy of Human Rights (*Akademia po pravam sheloveka*, Russia)

L'Altro Diritto (*L'Altro Diritto, Centro di documentazione su carcere, devianza e marginalità*, Italy)

Antigone (Italy)

Associação Contra a Exclusão Pelo Desenvolvimento – ACED (Portugal)

Association of Mediation and Pacification (*Asociación de mediación y pacificación*, Spain)

Association for the Defence of Human Rights in Romania - Helsinki Committee (*APADOR-CH*, Romania)

Association for legal intervention (*Stowarzyszenie Interwencji Prawnej - SIP*, Poland)

Association of Prison Lawyers (UK)

Ban Public (France)

Basque Observatory of Human Rights (*Behatokia*, Spain)

Belgian League for Human Rights

Bulgarian Helsinki Committee

Citizen's Assistance (*Grazhdanskoe Sodeistvie*, Russia)

Committee for Civil Rights (Russia)

Czech Helsinki Committee (Czech Republic)

Department of Prison Pastoral, Spanish Episcopal Conference (Departamento de Pastoral Penitenciaria, Spain)

International Prison Watch (*Observatoire international des prisons – Section française – OIP-SF*, France)

International Prison Watch (*Observatoire international des prisons – Section belge – OIP-SB*, Belgium)

International Protection Center (*Tsentre sodeistvya mejdunarodnoy zashite*, Russia, France)

Irish Penal Reform Trust (Ireland)

Kharkiv Human Rights Protection Group (*Kharkivskoy Pravosakhisnoï Grupi - KhPG*, Ukraine)

Legal Resources Centre (Moldova)

European Prison Observatory

European Association for the Defence of Human Rights (AEDH)

European Research Network on Prison Litigation (PLN)

Eurasian Women (Russia)

Georgian Young Lawyers' Association (GYLA, Georgia)

The Howard League for Penal Reform (UK)

Legal Basis (Russia)

Portuguese Association of Assistance to prisoners (*Associação Portuguesa de Apoio ao Recluso - APAR*, Portugal)

Prison Archive (Das Strafvollzugsarchiv, Germany)

Prisoners Advice Service (UK)

Prison Lawyers Network (France)

Romanian Group for Human Rights (*Grupul Roman pentru Apararea Drepturilor Omului – GRADO*, Romania)

Spain's General Bar Council, subcommittee of prison law (Subcomisión de Derecho Penitenciario del Consejo General de la Abogacía Española - CGAE, Spain)

Swiss League for Human Rights

Sutyajnik (Russia)

Ural Democratic fund (Russia)

Ural Human Rights Defenders (Russia)

Union of Lawyers of France (Syndicat des avocats de France - SAF, France)